

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
UNIOESTE – CAMPUS DE FOZ DO IGUAÇU
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO DAS ORGANIZAÇÕES

TERCEIRO SETOR: A PARTICIPAÇÃO DO VOLUNTARIADO NA GESTÃO DO
SOCIAL EM FOZ DO IGUAÇU

RODRIGO SEVIGNANI

FOZ DO IGUAÇU

2007

RODRIGO SEVIGNANI

TERCEIRO SETOR: A PARTICIPAÇÃO DO VOLUNTARIADO NA GESTÃO DO
SOCIAL EM FOZ DO IGUAÇU

Monografia apresentada ao Curso de pós-graduação em Gestão das Organizações da Universidade Estadual do Oeste do Paraná como parte dos requisitos para a obtenção do título de Especialista em Gestão das Organizações. Sob orientação da Professora Ms. Lílana Marilene Wenspianski Cwikla.

FOZ DO IGUAÇU

2007

RODRIGO SEVIGNANI

TERCEIRO SETOR: A PARTICIPAÇÃO DO VOLUNTARIADO NA GESTÃO DO
SOCIAL EM FOZ DO IGUAÇU

Monografia elaborada sob orientação da Professora Ms. Liliana Marilene Wenspanski Cwikla, aprovada como requisito para a obtenção do título de Especialista em Gestão das Organizações do curso de pós-graduação da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE – Campus de Foz do Iguaçu, pela seguinte banca examinadora:

Prof. Ms. Liliana Wenspanski Cwikla

Prof. Ms. Mauro José Ferreira Cury

Prof. Ms. Neron Alípio Berghauser

Foz do Iguaçu, 12 de abril de 2007.

AGRADECIMENTOS

Talvez o caminho possa ser longo e cansativo, mas quando estás comigo Senhor sinto-me impulsionado a transpor as mais altas e difíceis barreiras; quando estás comigo posso sim caminhar sobre as águas revoltas dos oceanos. Nunca permitas Senhor Jesus que minha fé enfraqueça no meio da caminhada e lhe peço ainda, seja sempre minha fortaleza, seja sempre o meu bom pastor e nunca deixes faltar nada no ceio da minha tão amada família... **muito obrigado!**

À minha família (Elisio, Cenira e Anderson) sagrada no seu amor e perfeita na sua alegria, sempre motivos para minha felicidade.

Aos amigos só posso parafrasear Vinicius de Moraes “eu poderia suportar embora sem dor que morressem todos os meus amores, mas enlouqueceria se morressem todos os meus amigos”.

Aos professores da UNIOESTE, que com suas experiências ajudam-nos a construir a cátedra de um conhecimento atual e utilizável, não posso esquecer também de todos os colaboradores que de certa forma fazem parte desta conquista. Em especial a minha orientadora professora mestre Liliana Cwikla, que mais uma vez teve paciência e maestria ao mostrar coisas que não enxergava, ao indicar caminhos que não encontrava... obrigado!

E por fim, aos voluntários que despenderam seu precioso tempo para responder o formulário de entrevista aplicado, e que com isso exerceram o papel principal.

É sempre lindo e importante que as pessoas se unam, se dêem as mãos, somem esforços e, juntas, consigam o que sozinhas não podem alcançar.

Papa João Paulo II (1980).

RESUMO

A presente monografia aborda a participação civil na gestão do social no município de Foz do Iguaçu, esta participação vem tomando destaque em todo território nacional, com a ascensão do Terceiro Setor. Cada vez mais o Estado retrai sua participação na resolução dos problemas e mazelas sociais, consequência clara do processo de globalização e mercantilização dos seus bens mais valiosos, o neoliberalismo reestrutura funções antes prioritárias para qualquer governo. Surgem assim Organizações Não-Governamentais, Entidades Sem-Fins Lucrativos, entidades Filantrópicas, representantes uma sociedade civil organizada e em busca de respostas para suas próprias mazelas, caracterizadas principalmente pelo trabalho voluntário, desprovido de qualquer ligação econômica.

Palavras-chave: Terceiro Setor. Gestão social. Voluntariado.

ABSTRAC

The development of this study if gave at three important moments, the first one in the theoretical recital of the subject, as in the application of the research and the analysis of the results and finally, third in the formularization of proposals that came of meeting to the results of the research. The question that guided its elaboration and that it was also the main objective was the following one: The guest of the third age of hotel "Bourbon" has interest in participating of activities of recreation? To offer alternatives of activities to the public of the third age, is today one of the great challenges for any hotel company, since the growth of this public is today an undeniable fact, the acquisition power comes growing and the free time of these people makes possible trips is of the season. With the results gotten by means of the research it was possible to characterize its profile, to identify and to analyze the activities of recreation that the guests of the third age would like that they were offered.

Word-key: Hotel Management, Recreation and Third Age

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Gênero dos entrevistados.....	29
Figura 2 – Faixa etária dos entrevistados.....	29
Figura 3 – Renda familiar mensal dos entrevistados.....	30
Figura 4 – Escolaridade dos entrevistados.....	31
Figura 5 – Há quanto tempo desempenha atividades voluntárias.....	32
Figura 6 – Área de atuação do entrevistado.....	32
Figura 7 – Motivos que levaram o entrevistado a desempenhar atividades voluntárias.....	33
Figura 8 – Frequência que o entrevistado desempenha as atividades voluntárias	34
Figura 9 – Encontra dificuldades no desempenho das atividades voluntárias.....	35
Figura 10 – Quais dificuldades são encontradas.....	35
Figura 11 – Já ouviu falar em Terceiro Setor.....	36
Figura 12 – Sabe o significado de Terceiro Setor.....	37
Figura 13 – O bem-estar social depende da responsabilidade da sociedade civil..	38
Figura 14 – A sociedade civil deve ser responsabilizada pelo bem-estar social.....	38
Figura 15 – Se sente responsável pelo bem-estar social.....	39

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	9
1.1 DEFINIÇÕES DOS PRINCIPAIS TERMOS.....	10
1.2 DISCUSSÃO DO TEMA E DO PROBLEMA.....	11
1.3 OBJETIVOS.....	13
1.3.1 Objetivo Geral.....	13
1.3.2 Objetivos Específicos.....	13
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	14
2.1 A Revolução Industrial (1870-1914): a grande transformação social.....	14
2.2 Neoliberalismo.....	16
2.3 Sociedade civil.....	17
2.4 Um breve histórico do terceiro setor no Brasil.....	18
2.4.1 Terceiro Setor.....	20
2.4.2 Voluntariado.....	22
2.5 Gestão social.....	23
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	25
3.1 NATUREZA DA PESQUISA.....	25
3.2 PERSPECITVA E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	25
3.3 MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA: TIPO E COLETA DE DADOS.....	26
3.4 DELIMITAÇÃO DO ESTUDO.....	27
3.4.1 LIMITAÇÃO DA MONOGRAFIA.....	27
3.5 TRATAMENTO, ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS.....	28
3.5.1 Perfil socioeconômico dos entrevistados.....	28
3.5.2 Aspectos em torno do voluntariado.....	31
3.5.3 Análise geral dos gráficos.....	39
4 RECOMENDAÇÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	41

5 REFERÊNCIAS.....	42
---------------------------	-----------

1 INTRODUÇÃO

A evolução histórica é resultado dos continuados avanços tecnológicos, reinvenções e reestruturações na sociedade; no que tange o social pode-se considerar como grande responsável pelas transformações nas organizações sociais as lutas de classes, que acabaram definindo o cenário atual.

O sistema neoliberalista praticado nas últimas décadas incentivou a globalização e a privatização dos bens mais valiosos e lucrativos do Estado, mas fez também ao desconsiderar o social, acentuar ainda mais um novo grupo de excluídos, os excluídos do processo social. Esse grupo de novos excluídos só veio a ser assistido com a ascensão de políticas sociais, mesmo que tardias ao pós-modernismo, demonstrando assim uma das principais fragilidades da América Latina. O neoliberalismo dissemina a concepção de que o Estado pouco deve se envolver com aspectos que apenas “despendem gastos”.

A sociedade retrocede ao pensamento de que o bem-estar pertence ao âmbito do privado, redes de solidariedade devem responsabilizar-se pelas mazelas sociais, conseqüências do capitalismo sem medidas. A sociedade civil acaba mesmo tomando para si parte da responsabilidade do Estado, e o resultado é o surgimento das chamadas Organizações não-governamentais (ONG's), Organizações sem fins lucrativos (OSFL), Instituições filantrópicas, entre outras, que tomam para si, de forma substitutiva a função e o dever do Estado. Assiste-se dessa maneira a retirada progressiva da responsabilidade do Estado no amparo à essas questões sociais.

Nestes aspectos pode-se considerar então a importância que a sociedade civil exerce ao gerir o social, tanto que a gestão social tem sido objeto de estudo pelos mais diversos campos da área social, e muitas vezes trazem consigo teores ideológicos.

Para Montaño (2003, p. 55) “os termos primeiro setor (Estado), segundo setor (privado) e terceiro setor (sociedade civil) acabam deixando claras a independência das esferas e a dinâmica de cada uma delas, como se não fizessem parte do mesmo processo.”

O terceiro setor é envolto em grande parte numa discussão teórica complexa, a literatura especializada sobre o tema é pontual ao defendê-lo afirmando que sem sua existência as mazelas sociais hoje seriam ainda piores, mas alguns pensadores são pontuais também ao definir o terceiro setor como uma forma falsa de dar respostas que supostamente o Estado já não pode dar, ou seja, o terceiro setor acaba substituindo responsabilidades do Estado.

Lobato define as duas visões da gestão do social como:

uma que supõe ser ela um poderoso instrumento para a diminuição das desigualdades sociais, já que estas seriam em grande parte resultado do padrão de implementação de políticas sociais [...]. A outra, que vê a gestão social como uma forma maquiada de administração dos recursos cada vez mais escassos destinados às áreas sociais, dirigida por governos que privilegiam ajuste econômico às expensas de uma importante redução dos investimentos na área social. (LOBATO, 2002, p.01)

Abordando este assunto espera-se contribuir para a construção deste debate e para o surgimento de novos estudos em torno deste tema em Foz do Iguaçu, subsidiando uma reflexão contemporânea.

1.1 DEFINIÇÕES DOS PRINCIPAIS TERMOS

Para contribuir com o entendimento dos argumentos e termos utilizados durante o desenvolvimento deste estudo, apresenta-se as principais definições:

- a) terceiro setor: “Essas organizações não fazem parte do Estado, nem a ele estão vinculadas, mas se revestem de caráter público na medida em que se dedicam a causas e problemas sociais e em que, apesar de serem sociedades civis privadas, não têm como objetivo o lucro, e sim o atendimento das necessidades da sociedade” (TENÓRIO, 2001, p. 07).

"[...] por terceiro setor entende-se a sociedade civil que se organiza e busca soluções próprias para suas necessidades e problemas, fora da lógica do Estado e do mercado” (RODRIGUES, 1998, p.31).

"[...] é o conjunto de instituições, ONGs, fundações, etc. que, desempenhando funções públicas, encontram-se fora do Estado, no espaço de interseção entre este e o mercado, porém sem declarar fins lucrativos” (MONTAÑO, 1999, p.06).

- b) organizações sem fins lucrativos: “[...] com autonomia e administração própria, cujo objetivo é o atendimento de alguma necessidade social ou a defesa de direitos difusos ou emergentes. Tais organizações e agrupamentos sociais cobrem um amplo aspecto de atividades, campos de trabalho ou atuação, seja na defesa dos direitos humanos, na proteção do meio ambiente, assistência à saúde, apoio a populações carentes,

educação, cidadania, direitos da mulher, direitos indígenas, direitos do consumidor, direitos das crianças etc” (PAES, 1999, p. 47).

- c) organizações sociais: “[...] são um modelo ou uma qualificação de organização pública não-estatal criada dentro de um projeto de reforma do Estado, para que associações civis sem fins lucrativos e fundações de direito privado possam absorver atividades publicitáveis mediante qualificação de lei” (PAES, 1999, p. 53).

1.2 DISCUSSÃO DO TEMA E DO PROBLEMA

Expressar de forma contundente as diversas linhas de pensamento em torno do terceiro setor, responsabilidade sócio-ambiental e sociedade civil organizada pode ser um dos grandes desafios deste trabalho, uma vez que as opiniões em torno do assunto convergem em diferentes caminhos. Diante desse processo de negação, de exclusão, do deixar de fora tal, deixar de fora do conjunto social de bem-estar comum, negando, a certos indivíduos o acesso a um programa que satisfaça suas necessidades básicas, como: alimentação, saúde, trabalho e moradia, fazendo apenas ressaltar as diferenças sociais existentes no Brasil e também no mundo. Esse cenário acabou provocando na sociedade civil o seu amadurecimento e culminou em uma maior consciência social, fruto de uma constante troca de vivências cheias de realidade.

A sociedade civil torna-se cada vez mais atuante socialmente de diferentes maneiras, emergindo entre o primeiro e segundo setor, ou melhor, entre o público e o privado, esta emergência é denominada de terceiro setor que acaba sendo proveniente da organização da sociedade civil. O próprio terceiro setor aparece na discussão do sistema neoliberal como uma solução social, uma vez que o Estado apresenta-se supostamente falido e sem possibilidade de gerir o social. Para Fernandes (1994, p.12) “a participação dos cidadãos é essencial para consolidar a democracia e uma sociedade civil dinâmica é o melhor instrumento de que dispomos para reverter o quadro de pobreza, violência e exclusão social que ameaça os fundamentos de nossa vida em comum”. As organizações do terceiro setor caracterizam-se pelas metas muitas vezes claras, e pela utilização de trabalho voluntário, ou seja, aquele em que a pessoa não recebe nenhum tipo de remuneração pelo trabalho, por isso no terceiro setor a participação dos cidadãos é fundamental.

Amplia-se dessa forma também o conceito de cidadania e de democracia na sociedade civil, desenvolvendo o pensamento crítico e a capacidade organizativa que atua em prol de interesses comunitários. Essa capacidade organizativa torna-se ainda mais fortalecida com o advento dos meios de telecomunicações, onde o trânsito de informações, conhecimentos e ideologias são hoje extremamente fáceis.

Conforme Tenório (1998), num país como o Brasil torna-se imperativo entender como ocorre o fazer social, talvez pela ausência de compromisso do Estado e a descontinuidade de suas políticas públicas.

Para Paes (1999) a demonstração da importância que o terceiro setor exerce hoje está na aprovação da lei nº 9.790, de março de 1999, regulamentada pelo decreto nº 3.100, de 30 de junho de 1999, responsável pela qualificação de organizações do terceiro setor como organização da sociedade civil de interesse público, ou seja, como parceiras do Estado na execução de ações descentralizadas na área social, cultural e ambiental. Este marco legal não revogou as qualificações de utilidade pública (lei nº 91, de 28 de agosto de 1935) e de fins filantrópicos (decreto nº 2.356, de 6 de abril de 1998). Esta lei sela, definitivamente, o terceiro setor como o mais novo integrante da rede social, e seu texto completo está apresentado no **ANEXO I**.

De acordo com os aspectos até aqui apresentados, o tema escolhido para o presente estudo verifica a participação civil na gestão do social e tem o seguinte problema de pesquisa: **“Como se caracteriza a contribuição do voluntariado na gestão do social em Foz do Iguaçu?”**

1.3 OBJETIVOS

Como todo estudo científico elaborou-se objetivos, como uma forma de indagação e busca por respostas, a seguir apresenta-se o objetivo geral e os específicos deste estudo.

1.3.1 Objetivo Geral

Identificar a participação do voluntário na gestão do social em Foz do Iguaçu.

1.3.2 Objetivos Específicos

Espera-se atingir neste trabalho especificamente os seguintes objetivos:

- a) teorizar terceiro setor e gestão, com base em literatura especializada.
- b) caracterizar o perfil social e as ações dos voluntários nas entidades pesquisadas.
- c) contribuir com recomendações para a área objeto de estudo.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O presente capítulo apresenta no contexto do estudo definições de termos e fundamentos teóricos acerca de determinados assuntos que compõem a problemática aqui estudada.

2.1 A Revolução Industrial (1770-1840): a grande transformação social

Alguns fatos históricos não podem deixar de serem abordados em estudos sociais e principalmente estudos sobre as mudanças sociais, e a Revolução Industrial é um desses fatos, uma vez que foi responsável por transformações definitivas na sociedade e em seus costumes.

De acordo com Henderson (1969, p. 07) “no século XVIII, a economia de todas as nações fora predominantemente agrária”. Isso nos leva a reflexão de que a maioria da população vivia na zona rural, com uma produção voltada exclusivamente ao consumo familiar e independente de uma economia que atendesse suas necessidades.

A Revolução Industrial conforme Henderson:

Foi uma das maiores transformações da história: em cerca de cem anos, a Europa de quintas, reideiros e artesãos tornou-se uma Europa de cidades abertamente industriais. Os utensílios manuais e os dispositivos mecânicos simples foram substituídos por máquinas; a lojinha do artífice pela fábrica. O vapor e a eletricidade suplantaram as fontes tradicionais de energia – água, vento e músculo. Os aldeãos, como as suas antigas ocupações se tornavam supérfluas, emigravam para as minas e para as cidades fabris, tornando-se os operários da nova era, enquanto uma classe profissional de empreiteiros, financeiros e empresários, de cientistas, inventores e engenheiros se salientava e se expandia rapidamente (HENDERSON, 1969, p. 07).

É claro que essas mudanças aconteceram de forma gradativa e acabaram acontecendo em regiões diferentes em épocas diferentes, mesmo assim sem muito intervalo de tempo, a Europa passava por momentos decisivos e que acabariam influenciando todo o resto do mundo, uma sucessão de grandes invenções revolucionou a indústria têxtil, de metais e principalmente a dos transportes.

Segundo Iriarte (1995, p. 10) “é nesta fase da história que emerge a burguesia”. Acentua-se neste período divisões sociais que acabam predominando até os dias atuais, pois a sociedade que antes era dividida entre nobres e plebeus, passa a ser dividida entre os burgueses e os operários e ainda aqueles que continuavam a viver no campo como refúgio dos vinte e três anos de guerras revolucionárias e napoleônicas.

Conforme Henderson (1969, p. 27) “um impressionante desenvolvimento marcou os períodos de guerra, certas indústrias, contudo, expandiram-se muitíssimo. A necessidade de vestir, prover e armar muitos milhares de soldados criou uma quase insaciável exigência de certos artigos”.

O Estado passa neste momento pós-guerra a encorajar a indústria e a agricultura, estabelecendo formas de incentivo para tais ações, a fim de alcançar um progresso econômico favorável em todo o continente europeu. De acordo com Henderson (1969) presenciou-se um aumento rápido na marcha da industrialização européia e uma acentuada busca por novos mercados coloniais.

Deve-se observar que é acompanhando essas transformações sociais e econômicas que o Estado, representado pelos seus governantes, começa a tomar pra si algumas medidas e responsabilidades que depois viriam a mostrar-se essenciais. Para Henderson (1969, p. 68) “os interesses governamentais além da economia, incluíam minas de carvão e ferro, fundições, salinas [...] que além da preocupação com a defesa nacional, acabaram tornando-se motivos para a instalação de empresas estatais”. Assim como as preocupações governamentais emergiam novas formas de administrar as forças operárias, conceitos entorno do como fazer e o que deveria ser feito começavam a aparecer nas rodas de discussões, segundo Iannone (1992, p. 27) “eram poucos patrões que estavam conscientes e que procuravam tratar os operários de um modo humano e civilizado [...] e ainda para cada patrão consciente, havia cem que ignoravam as condições de vida dos seus operários”.

Principalmente por esses motivos já no século XVIII nas principais cidades européias fundaram-se caixas econômicas por filantropia, onde os depósitos eram feitos pelos próprios operários e tinham o intuito de protegê-los e de evitar que recorressem à caridade pública em caso de doença ou desemprego. Estas evoluções organizacionais, de acordo com Henderson (1969), fizeram com que a massa operária organizasse-se em sindicatos e lutasse por seus direitos por meio de greves. No Brasil, durante estes acontecimentos que acarretariam em mudanças profundas, ainda lutava-se pela obolição da escravatura.

Iriarte (1995, p. 11) descreve alguns impactos provocados pela revolução na organização social da época:

- a) migração do campo para as cidades para empregar-se nas fábricas em troca de um salário;
- b) há excedente de mão-de-obra, que a indústria não consegue absorver;
- c) surge o desemprego e, com ele, a fome. A falta de condições higiênicas mínimas acarreta endemias;

- d) crianças e mulheres são recrutadas para o trabalho nas fábricas;
- e) começa a produção do acúmulo de grandes capitais em poucas mãos;
- f) O mercado se vê saturado e os capitais sentem a necessidade de novas fontes de matérias-primas, dão-se então dois acontecimentos históricos, que terão conseqüências no decorrer da história: o colonialismo e o imperialismo.

A percepção das mudanças sociais fica clara, a revolução industrial foi sem dúvida uma das grandes propulsoras de fenômenos sociais, como a migração do campo para as cidades, num contexto histórico pode-se delinear claramente que as mazelas sociais foram herdadas e pioraram a cada nova década.

Estas mazelas acompanham a sociedade até os dias atuais e acabaram provocando o surgimento de um novo “setor”, que surgiu entre o primeiro e o segundo, não tendo supostamente qualquer ligação com o público e o privado: o terceiro setor.

2.2 Neoliberalismo

As transformações ocorridas nas décadas seguintes a revolução industrial tornou ainda mais suscetível as sociedades. Segundo Feri Beto (2004) o capitalismo transforma tudo em mercadoria, bens e serviços, incluindo a força de trabalho. O neoliberalismo o reforça, mercantilizando serviços essenciais, como saúde e educação.

Para Carcanholo (1998, p.77) “fazem-nos acreditar que a política neoliberal e o rápido e aparentemente inexorável processo de globalização da economia, além de inevitáveis, respondem à razão e às leis naturais”.

Frei Beto (2004) continua afirmando que tudo isso está restrito a um único espaço: o mercado, equivocadamente adjetivado de “livre”, o Estado passa a ser reduzido a instrumento dos interesses dos setores dominantes.

Carcanholo (1998, p.16) diz que a afirmação concreta do neoliberalismo “ocorreu na virada da década de 70 para a de 80 [...] assitiu-se a enorme expansão do desenvolvimento do processo de internacionalização do capital, chamado globalização da economia”.

De acordo com Teixeira (1998, p.195) “o neoliberalismo nasceu centrado na intervenção do Estado [...] considerando essa intervenção como a principal crise do sistema capitalista”.

Os defensores do sistema neoliberal afirmam que o mercado é unicamente capaz de controlar e demonstrar quais são as necessidades de investimentos em determinados problemas. Na verdade o Estado passa a intervir cada vez mais no mercado, e passa apenas a controlar poucas decisões e trabalhar para ter sua economia mundialmente globalizada.

Teixeira continua afirmando que:

é nesse sentido que os neoliberais vão retomar a tese clássica de que o mercado é a única instituição capaz de coordenar racionalmente quaisquer problemas sociais, sejam eles de natureza puramente econômica ou política. Daí a preocupação básica de mostrar o mercado como um mecanismo insuperável. (TEIXEIRA, 1998, p.195)

De acordo com Soares (2000, p.15) “a liberalização comercial e financeira a todo custo proposta, entra em aberta contradição com o intenso neoprotecionismo nos países centrais”.

Conforme Frei Beto (2004) as sociedades não perceberam ainda que no mundo há poucos globalizadores e muitos globalizados, acentuando ainda mais diferenças de um país com outro. Talvez tenham se esquecido de que além de todas as diferenças culturais existentes entre os países, existem ainda aspectos que os diferem totalmente, como por exemplo, a renda per capita. Fazendo com que realmente o sistema proposto para países ricos, não pode ser o mesmo proposto para países pobres.

2.3 Sociedade civil

As crescentes demandas econômicas e sociais das populações sem contrapartida orçamentária, resultando em déficits públicos de difícil administração, acabaram transformando os Estados do bem-estar social em algo desgastado. Passa então as economias mundiais a substituir funções e responsabilidades sociais que antes eram do Estado.

Para Santos (2001) essa distribuição de funções que eram exclusivas do Estado fez com que a sociedade assistisse o imperialismo de grandes empresas transnacionais crescerem cada vez mais livremente ao redor do globo, assim como a transferência de capitais “sem pátria”. Essa nova ordem social desponta como a principal alavanca de riqueza da história humana, mas contraditoriamente nenhum outro período conseguiu produzir semelhante quadro de injustiças sociais e exclusões como o atual. A década de 90 trouxe conseqüências excludentes da globalização, como o aumento exponencial de polarização entre ricos e pobres.

Frente a essa realidade complexa e conflitante desenvolve-se um processo de envolvimento e amadurecimento da sociedade civil, não limitado apenas a grandes economias, mas também às pequenas e pobres regiões do globo. O surgimento do terceiro setor passa a ser essencial, de acordo com Vieira (2000, p.76) “o crescente envolvimento da sociedade civil neste cenário atua como resposta à ascensão das demandas sociais e como busca de soluções”.

Conceituar sociedade civil não é uma tarefa fácil, para Bobbio:

A contraposição entre sociedade civil e Estado continua a ser de uso corrente, sinal de que reflete um situação real. Embora prescindindo da consideração de que os dois processos – o Estado que se faz sociedade e da sociedade que se faz Estado – são contraditórios, pois a conclusão do primeiro conduziria ao Estado sem sociedade, isto é, ao Estado totalitário, e a conclusão do segundo à sociedade sem Estado, isto é, à extinção do Estado. Sob este aspeto, sociedade e Estado atuam como dois momentos necessários, separados, mas contínuos, distintos, mas interdependentes do sistema social em complexidade e em sua articulação interna. (BOBBIO, 1997, p. 51)

A sociedade civil. Como figura de destaque neste cenário de contextualização social da modernidade e globalização teve seu conceito originário dos livros de história e introduziu-se na América Latina no final dos anos 70. De acordo com Fernandes (1994, p.87) a expressão sociedade civil e cidadania “leva a um panorama universalista, partes de um todo maior o qual foi adotado pela maioria dos movimentos. A expressão sociedade civil vinha contrapor-se ao militarismo que estava intimamente ligado ao comando pela força”.

Segundo Bobbio (1997, p.84) “a sociedade civil pode ser entendida de duas formas, uma positiva outra negativa”. Quando seu entendimento é positivo passa a indicar o lugar onde manifestam-se todas as instancias de modificação das relações de dominação, adquirem forças “contra-poderes”, já o entendimento negativo encontra-se na esfera das relações sociais não regulamentadas pelo Estado, ou seja, é um entendimento que tem como centro o próprio Estado.

2.4 Um breve histórico do terceiro setor no Brasil

Para Hudson (1999, p.01) os fatores que caracterizam hoje o atual terceiro setor são carregados de influências históricas e acabaram tornando-se os geradores, daquilo que chama-se assistencialismo. Desde os faraós egípcios, imperadores budistas, sociedade grega, profetas judeus, império romano, e principalmente na Idade Média, por exemplo, existiam várias ações

de distribuição de donativos e organizações de fundos destinados a caridade, à solidariedade e a valorização humana.

A caridade torna-se então algo popularizado e ação preferida das grandes senhoras da época que expressavam por meio da caridade e da ajuda aos menos favorecidos os seus valores familiares, valores esses especificados por Domènech (1998), a tolerância, a justiça, a paz, a responsabilidade, o humanismo e também o civismo.

Para muito imagina-se que a ligação do terceiro setor com a caridade seja uma novidade, entretanto, ao se reverem fatos históricos percebe-se que ações sociais estiveram presentes em todos os seus momentos, demonstrando que filantropia é um fenômeno muito mais antigo.

A história narra que por três séculos a filantropia foi desenvolvida no Brasil sob a lógica da prática assistencialista, com predomínio da caridade cristã, pode-se apontar aqui a Irmandade da Misericórdia, instituição que se expandiu em todo o país na qualidade de Santa Casa da Misericórdia, com o apoio da Igreja Católica e que se instalou na Capitania de São Vicente, em 1543, como a primeira entidade criada no Brasil com o objetivo de atender desamparados.

A partir de 1910, depois de mudanças na sua forma de organização e administração, as instituições assistenciais passam a ter maior dependência econômica do Estado, e este passa a exigir prestação de contas de suas ações.

Em 1938, no governo do presidente Getúlio Vargas, foi criado o Conselho Nacional do Serviço Social, regulamentando a colaboração do Estado com as instituições filantrópicas.

Surge em 1961, no Brasil, a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), tendo como foco a assistência a portadores de deficiência e a discussão do seu papel na sociedade civil. O projeto Rondon, em 1967, levou universitários ao interior do país, para atender comunidades carentes.

É na década de 70, que associações civis, grupos ambientalistas e de defesa de minorias começam a ganhar destaque, surgindo no Brasil pela primeira vez um sorte de Organizações Não-governamentais (ONG's). Essas organizações configuram um novo modelo de organização e gerenciamento de recursos, agora o seu vínculo principal está diretamente associado a mobilização civil, ao envolvimento da sociedade por causa que lhe atraem e estimulem a participação por meio do voluntariado.

Em 1981, as ONG's e sindicatos, juntamente com a Igreja se envolvem na campanha eleitoral e provocam a discussão em todo o território nacional, e dois anos depois o Brasil tem

o reconhecimento do sucesso de suas organizações não-governamentais com a indicação da criadora da Pastoral da Criança, Dra. Zilda Arns, ao prêmio Nobel da Paz.

O terceiro setor passa então a constituir um setor de lógicas diferentes dos demais e de acordo com Domènech (1998, pp. 35-36) para a sociedade atual os valores que justificam o terceiro setor são menos carregado de sentimentos e mais carregado de ideologia, “um guia das justificativas ideológicas mais importantes de qualquer organização [...] sendo que os valores das organizações não lucrativas são diferentes, em essência, dos valores de outras organizações presentes na sociedade”.

A relação entre as organizações de terceiro setor e o mercado pode ser identificada, basicamente, segundo Montaña (2003), por um processo de complementaridade por meio do financiamento de projetos do terceiro setor pelo mercado. Essa relação muitas vezes acaba tornando-se alvo de muita discussão e até mesmo do surgimento de linhas de reflexão convergentes em torno do assunto. Para alguns o mercado deve estimular sim a execução de projetos por parte do terceiro setor e para outros o mercado deveria se afastar de vez, para que as organizações de cunho civil não se vejam atreladas a vontade do mercado.

Conforme Hudson (1999, p. 06) “o aumento da intervenção do Estado nos assuntos sociais por meio do aumento das provisões sempre estiveram em contínua definição de limites de atuação”.

Segundo Gandolfi (2006, p. 29) pode-se compreender terceiro setor como um setor que “possui forte orientação por valores, uma fronteira de atuação não claramente delimitada, um constante relacionamento com o Estado e uma demanda crescente de resultados”.

2.4.1 Terceiro Setor

A partir das necessidades e aspirações dos movimentos sociais e dos grupos de expressão das minorias, se cria um movimento organizado, que de acordo com Bava (1997, p.79) “provém da vitalidade da capacidade organizada [...] a busca do terceiro setor é sempre voltada para a busca de justiça social, de equidade, de dignidade e qualidade de vida”.

O terceiro setor é definido por Tenório como essas organizações que:

não fazem parte do Estado, nem a ele estão vinculadas, mas se revestem de caráter público na medida em que se dedicam a causas e problemas sociais e em que, apesar de serem sociedades civis privadas, não têm como objetivo o lucro, e sim o atendimento das necessidades da sociedade. (TENÓRIO, 2001, p. 07)

Para Rodrigues (1998, p.31) “por terceiro setor entende-se a sociedade civil que se organiza e busca soluções próprias para suas necessidades e problemas, fora da lógica do Estado e do mercado”.

E de acordo com Montañó (1999, p.06) “é o conjunto de instituições, ONGs, fundações, etc. que, desempenhando funções públicas, encontram-se fora do Estado, no espaço de interseção entre este e o mercado, porém sem declarar fins lucrativos.”

A sociedade assiste dessa forma o surgimento de uma nova etapa na sua construção constante e de importante relevância, o terceiro setor é composto por organizações de natureza privada (no entanto não auferem lucros) e de natureza coletiva (embora não integrem o Estado). Alguns exemplos dessas organizações são: organizações voluntárias, organizações não-governamentais, sem fins lucrativos, setor independente e ainda podem ser chamadas como organização da sociedade civil, entre outras tantas denominações.

Para Filinto da Silva e Thamm de Aguiar (2004) o espaço criado pelo terceiro setor se configura, então, como aquele de iniciativas de participação cidadã. As ações que se constituem neste espaço são tipicamente extensões de esfera pública não executada pelo Estado e caras demais para serem geridas pelos mercados. O modelo provoca o agente ativo a catalisar trabalho voluntário em substituição aos serviços oferecidos pelo Estado.

De acordo com Bava (1997) é importante desenvolver a solidariedade, ou seja, as formas pelas quais a própria sociedade se incumbe de enfrentar desafios sociais, não atribuindo unicamente a responsabilidade ao Estado. Bava (1997, p.82-83) afirma ainda que “é muito importante o processo de descentralização das políticas sociais que o Brasil está vivendo”. Até anos atrás o terceiro setor era desconsiderado, atualmente tornou-se num ator social eficiente e necessário ao sistema empregado.

Conforme Tenório (1998), num país como o Brasil torna-se imperativo entender como ocorre o fazer social. Para Bava (1997) as questões de políticas sociais devem ser tratadas da ótica da cidadania e a sociedade deve sim perguntar-se a respeito da responsabilidade de se fazer cumprir direitos explicitados na Constituição, atuando de maneira a potenciar a capacidade da própria sociedade de elaborar propostas, de acompanhar as políticas e controlar socialmente os recursos públicos.

Salamon e Anheier (*apud* Filinto da Silva e Thamm de Aguiar, 2004), numa tentativa de definição para as organizações que compõem o terceiro setor apresentam, as cinco seguintes características:

- a) estruturadas: possuem certo nível de formalização de regras e procedimentos, ou algum grau de organização permanente. São, portanto, excluídas as organizações sociais que não apresentem uma estrutura interna formal.
- b) privadas: estas organizações não têm nenhuma relação institucional com governos, embora possam dele receber recursos.
- c) não distribuidoras de lucros: nenhum lucro gerado pode ser distribuído entre seus proprietários ou dirigentes. Portanto, o que distingue essas organizações não é o fato de não possuírem “fins lucrativos”, e sim, o destino que é dado a estes, quando existem. Eles devem ser dirigidos à realização da missão da instituição.
- d) autônomas: possuem os meios para controlar sua própria gestão, não sendo controladas por entidades externas.
- e) voluntários: envolvem um grau significativo de participação voluntária (trabalho não-remunerado). A participação de voluntários pode variar entre organizações e de acordo com a natureza da atividade por ela desenvolvida.

Encontrar uma conceituação simples para o terceiro setor não é fácil, mas essencial uma vez que em seu contexto estão envolvidas organizações das mais diferentes características, uma construção da imagem do mesmo é fundamental para a obtenção de notoriedade e consolidação de seus objetivos.

2.4.2 Voluntariado

“O voluntário é o jovem ou o adulto que, devido a seu interesse pessoal e ao seu espírito cívico, dedica parte de seu tempo, sem remuneração alguma, a diversas formas de atividades, organizadas ou não, de bem-estar social ou outros campos”. (Organização das Nações Unidas, 2007)

Pode-se afirmar que a principal diferença entre o contrato de emprego e o trabalho voluntário está na ausência de remuneração. Sendo assim, são características do voluntariado:

- a) trabalho não remunerado;
- b) trabalho prestado por pessoa física à entidade que compõem o terceiro setor;
- c) existência de termo de adesão, com condições do trabalho a ser realizado e objeto.

As organizações do terceiro setor além de contar com seu quadro de funcionários efetivos para garantir seu funcionamento, conta também com a ajuda de pessoa físicas, representantes da sociedade civil, o voluntariado hoje apresenta-se com uma grande mola propulsora no alcance dos objetivos sociais. O voluntário geralmente está movido pela solidariedade, doando tempo e conhecimento de maneira espontânea em prol do bem estar da comunidade onde vive.

Conforme Silva e Santos Fischer (2004) pode-se citar ainda elementos que clareiam o entendimento a respeito do voluntariado:

- a) qualificação: conceito moderno de voluntariado está muito ligado a execução de um trabalho de qualidade, que leva em conta o talento e habilidades de quem o exercita, na busca da excelência do serviço prestado.
- b) satisfação: trabalho exercido com prazer dá sentimento de plenitude para quem o faz. um trabalho não remunerado, mas gratificante.
- c) doação: entrega de horas de sua vida em prol do próximo e da comunidade, é resultado de uma inquietação interior que se materializa por meio da ação solidária.
- d) realização: resultado de um trabalho que tem compromisso com o êxito, com o sucesso que está determinado a cumprir com responsabilidade os objetivos propostos.

As organizações começam a perceber que apesar do trabalho voluntário, devem exigir resultados claros aos seus “colaboradores” e passam a oferecer capacitação, aperfeiçoamento, além de demonstrar resultados por meio de indicadores de qualidade e desempenho.

Administrar organizações do terceiro setor e seus objetivos não é uma tarefa muito diferente das enfrentadas por organizações com fins lucrativos, ao gerir o social na atualidade é necessário ter competências de um bom administrador.

2.5 Gestão social

Exercer acima de tudo sua cidadania faz com que o cidadão sinta-se efetivamente como parte do processo desenvolvido, segundo Tenório (1998) a gestão do social não deve ser pautada por mecanismos de mercado sugerido pelas teorias tradicionais e, sim, por um processo de conhecimento que contemple além da compreensão da ação social os seus resultados.

A gestão social difere-se da gestão de empresas mercadológicas pela diferença nos seus objetivos, a primeira o bem comum e a segunda o bem individual, quando não de um grupo exclusivo.

O processo decisório é exercido por diferentes sujeitos sociais, conforme afirma Tenório (1998, p.11) “[...] gestão social é o processo intersubjetivo que preside a ação da cidadania tanto na esfera privada quanto na esfera pública”.

Como já foi dito, administrar uma organização do terceiro setor é diferente de administrar organizações dos setores público ou privado. Desde meados da década de 80, essas organizações começaram a apresentar necessidades e problemas organizações decorrentes da pouca experiência. O principal desafio para essas organizações e seus dirigentes é a implantação e continuação dos projetos, porque eles além de encarar problemas relativos à mobilização de recursos, sejam financeiros, materiais ou humanos, necessitam, a medida que as organizações crescem superar limitações impostas.

Para Nascimento (2003) dois aspectos não podem faltar na gestão do social, que são: conhecer técnicas de captação de recursos e o marketing dessa área. Para captar deve-se ter uma ótima rede de contatos, já o marketing deve ser suficientemente eficiente para vender a idéia de que a organização vai produzir resultados visíveis para a sociedade.

Tenório (1998) continua apontando que a gestão social, em especial no terceiro setor, precisa ser ainda mais eficiente que no setor privado. Nela, não existe a lógica do lucro; é uma dinâmica muito particular que exige jogo de cintura do administrador; não existe visão de curto prazo e rapidez. Em contrapartida, a motivação não é problema para esse tipo de gestão.

Gerir o social é sinônimo de sofisticação, precisa-se ser capaz de pensar em múltiplos cenários e estar sempre sintonizado aos apelos sociais, os paradigmas não podem existir numa organização do terceiro setor.

Análise Tenório (1998) que o papel do indivíduo, de acordo com a gestão social, é o de participar, solidária e ativamente, dos destinos da comunidade em que se insere, acima de tudo na sua realização como ator capaz de exercer funções benéficas ao bem-estar comum.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

É importante num trabalho científico a discussão dos procedimentos metodológicos que serviram de suporte para a pesquisa e, por conseguinte, para a obtenção de determinados resultados. Este tópico trará informações a partir da definição do tema, do problema e dos objetivos. Este estudo caracteriza-se como exploratório, do tipo levantamento de dados de corte transversal.

Nesta monografia devido à natureza da pesquisa e a valorização dos dados acessados, privilegia-se o caráter descritivo, com estrutura específica para a apresentação dos resultados.

Em seguida, será apresentada, a natureza da pesquisa, a caracterização do estudo, o modo de investigação, a perspectiva do estudo, as técnicas de coleta e de tratamento de dados.

3.1 NATUREZA DA PESQUISA

Para Gil (1991, p.45) “é sabido que toda e qualquer classificação se faz mediante algum critério. Com relação às pesquisas, é usual a classificação com base em seus objetivos gerais”. Levando em consideração que o objetivo geral deste trabalho visa identificar a participação civil na gestão do social na cidade de Foz do Iguaçu, pode-se classificar a pesquisa como descritiva.

Conforme Gil (1991, p.46) “as pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno [...] e uma de suas características mais significativas está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados”.

De acordo com Richardson (1999) é esse tipo de pesquisa que geralmente realizam os pesquisadores sociais.

É importante ressaltar que esta pesquisa busca seus resultados em um grupo já pré-estabelecido e que faz parte do contexto aqui investigado.

3.2 PERSPECTIVA E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este estudo tem caráter exploratório, do tipo levantamento de dados de corte transversal.

De acordo com o contexto investigado, a problemática que norteou a pesquisa foi a seguinte: Como se caracteriza a contribuição civil na gestão social em Foz do Iguaçu?

O formulário de entrevista direcionado especificamente as instituições de organização civil foi pré-testado no dia 06 de março de 2007, com a participação de 15 acadêmicos do 3º ano do curso de Administração da UNIOESTE – Campus Foz do Iguaçu.

[...] a finalidade desta prova, geralmente designada como pré-teste, é evidenciar possíveis falhas na redação do questionário, tais como: complexidade das questões, imprecisão na redação, desnecessidade das questões, constrangimentos ao informante. [...] o pré-teste de um instrumento de coleta de dados tem por objetividade assegurar-lhe validade e precisão (GIL, 1999, p.137).

Gil continua afirmando que o pré-teste:

Não visa captar qualquer dos aspectos que constituem os objetivos do levantamento. Não pode trazer nenhum resultado referente a esses objetivos. Ele está centrado na avaliação dos instrumentos enquanto tais, visando garantir que meçam exatamente aquilo que pretendem medir (GIL, 1991, p.95).

Com os resultados do pré-teste o que se levou em consideração para a elaboração final do formulário foi a clareza e precisão dos termos, quantidade de perguntas, forma das perguntas e sua ordem. A redação final apresenta um total de 14 questões, dentre as quais, 07 são dicotômicas (com duas opções de respostas e 02 ainda apresentam a indagação “Por quê?”), 06 de múltipla escolha e 01 questão aberta; sua versão final encontra-se no APÊNDICE A.

Quanto à temporalidade, esta pesquisa teve um corte transversal no ano de 2007, mais precisamente foi realizada no mês de março.

3.3 MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA: TIPO E COLETA DE DADOS

A investigação foi realizada por meio de fonte primária e fonte secundária, que de acordo com Gil:

[...]assemelham-se muito, sendo que a única diferença é a natureza das fontes. Enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental vale-se de material que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa (GIL, 1999, p.73).

Os dados de fontes primárias foram coletados por meio da aplicação de formulários de entrevistas aos voluntários de entidades representantes do terceiro setor.

Conforme Richardson:

o termo entrevista é construído a partir de duas palavras, entre e vista. Vista refere-se ao ato de ver, ter preocupação de algo. Ente indica a relação de lugar ou estado que separa as duas pessoas ou coisa. Portanto, entrevista refere-se ao ato de perceber realizado entre duas pessoas (RICHARDSON, 1985, p.161).

O autor defende ainda que a entrevista dirigida é aquela que “desenvolve-se a partir de perguntas precisas, pré-formuladas e com uma ordem preestabelecida”, sendo dirigida pelo entrevistador (Richardson, 1985, p.163).

Para a aplicação da pesquisa foi utilizado o método de amostragem por acessibilidade, que exige que cada elemento da população pesquisada tenha a mesma oportunidade de ser incluído na amostra.

As fontes secundárias aparecem representadas por livros de autores com grande destaque no assunto referente aos objetivos deste estudo e ainda consultas eletrônicas em sites especializados e publicações indexadas ou assinadas que se relacionam ao assunto.

3.4 DELIMITAÇÃO DO ESTUDO

Para obtenção dos dados essenciais na elaboração deste estudo não foi estipulado um número mínimo ou máximo de formulários de entrevista que deveriam ser aplicados, desta maneira proporcionou-se a oportunidade de todas as pessoas acessadas responderem.

Para a aplicação, escolheu-se o dia indicado pela coordenação das entidades pesquisadas, sob a alegação de que naqueles determinados dias haveria um número maior de voluntários (representantes da sociedade civil), sendo assim foram aplicados um total de 62 formulários de entrevistas.

3.4.1 LIMITAÇÃO DA MONOGRAFIA

Este trabalho apresentou algumas limitações que merecem destaque:

- a) **quanto à participação dos pesquisados:** alguns voluntários, representantes da sociedade civil durante a aplicação da pesquisa se recusaram a responder o formulário de entrevista.
- b) **quanto à temporalidade:** no levantamento de fontes primárias, quando da aplicação dos formulários de entrevista, o tempo disponível restringiu-se há duas semanas.
- c) **idade mínima:** estipulou-se uma idade mínima como critério para a aplicação do formulário de entrevista. O entrevistado não poderia ter idade inferior a 18 anos.

3.5 TRATAMENTO, ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

Em alguns aspectos de uma pesquisa o que acaba se tornando fundamental para o seu sucesso são exatamente o cuidado e a seriedade que o pesquisador tem em relação aos dados obtidos e apurados, assim como seu tratamento e interpretação.

Conforme Gil (1991, p.102) “o processo de análise dos dados envolve diversos procedimentos: codificação das respostas, tabulação dos dados e cálculos estatísticos [...] e a interpretação dos dados”. A interpretação pode ser entendida com a leitura dos dados resultantes da aplicação do formulário de entrevista, estabelecendo uma ligação entre dados já conhecidos.

Para facilitar o tratamento dos dados o pesquisador codificou os formulários de entrevista para garantir exatamente maior confiabilidade aos resultados. Para a tabulação das questões que contém a expressão “*por quê?*”, fez-se a análise dos elementos que compuseram as respostas, e posteriormente classificação, metodologia esta sugerida por Bardin (1979) que lhe dá o nome de *categorização*, o que não representa uma etapa obrigatória na análise do conteúdo, mas segundo a autora, facilita muito a análise das informações.

Com a finalidade de tornar mais clara a análise dos dados, as questões foram agrupadas em duas categorias distintas, num primeiro momento as questões buscam traçar um perfil social dos entrevistados, e em seguida buscam identificar as motivações no envolvimento com a gestão do social.

Com o auxílio do programa de planilhas eletrônicas Microsoft Excel 2002 foram elaborados gráficos para facilitar a visualização e compreensão dos dados.

3.5.1 Perfil socioeconômico dos entrevistados

Para atender o objetivo específico de caracterizar o perfil dos voluntários em Foz do Iguaçu elaborou-se questões que contemplam aspectos como: gênero, faixa etária, renda familiar mensal e escolaridade.

Na figura 1 apresenta-se o gráfico que demonstra o percentual que define o gênero dos voluntários entrevistados, ou seja, quanto dos entrevistados é do gênero feminino e quantos do gênero masculino. Pode-se observar então que 73% do total eram do gênero feminino e 27% do gênero masculino.

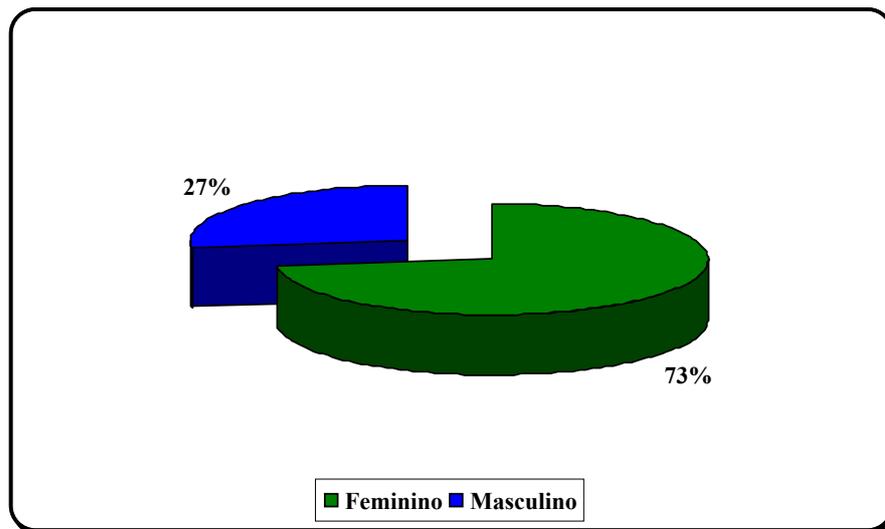


Figura 1 – Gênero dos entrevistados.
Fonte: Formulário de entrevista.

Constata-se ao analisar a figura 2 que aponta a faixa etária dos entrevistados que 47% pertencem ao grupo que varia entre 18 a 25 anos, 29% representa o grupo de 26 a 35 anos, 16% representa o grupo entre 36 a 45 anos e 8% voluntários acima de 45 anos.

O grande percentual de jovens envolvidos no Terceiro Setor pode ser justificado pelo incentivo realizado por algumas instituições de ensino em Foz do Iguaçu, as quais oferecem para alunos que exercem o trabalho voluntário determinado desconto em suas mensalidades.

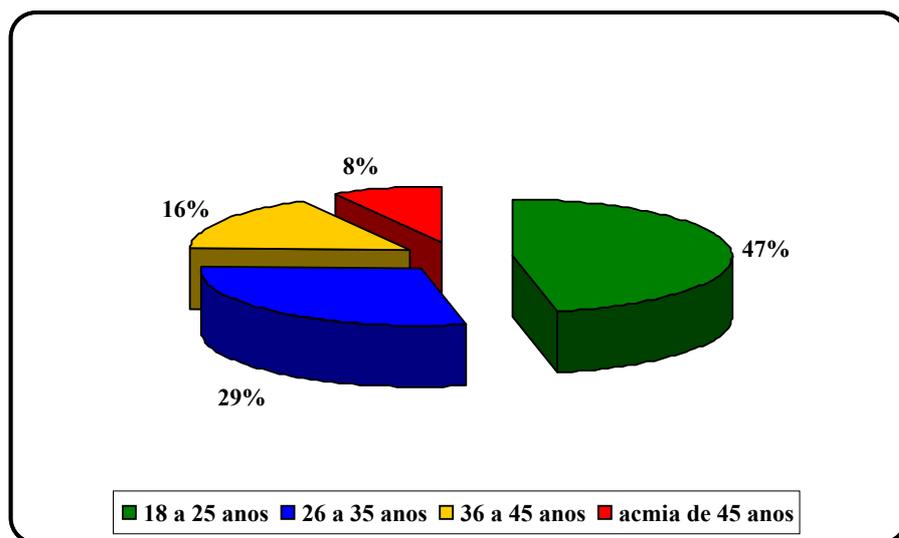


Figura 2 – Faixa etária dos entrevistados.
Fonte: Formulário de entrevista.

Na figura 3 ilustra-se dados que representam a renda familiar mensal em salários. Do total de entrevistados 33% afirmam que sua renda familiar está no grupo que varia entre 7 e 10 salários, 30% que sua renda familiar limita-se a no máximo 4 salários, 19% que sua renda varia entre 4 e 7 salários e outros 8% afirmam que sua renda é superior a 10 salários e ainda outros 8% preferiram não informar sua renda familiar mensal. Pode-se verificar que a soma dos voluntários que tem sua renda familiar mensal superior a 7 salários resulta em 41% das respostas, é um percentual considerável, percebe-se então que pessoas com poder aquisitivo mais elevado participam ativamente da gestão do social em Foz do Iguaçu.

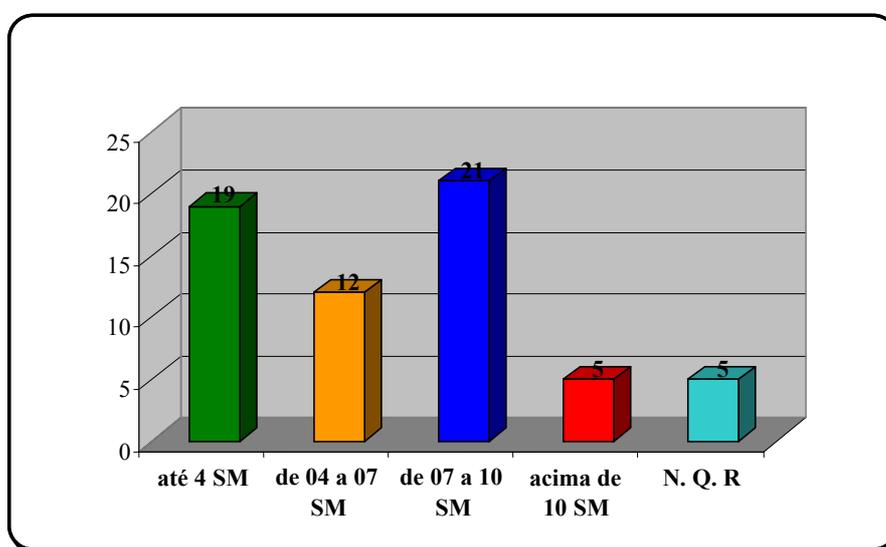


Figura 3 – Renda familiar mensal dos entrevistados.
Fonte: Formulário de entrevista.

Outro aspecto que o pesquisador achou importante identificar por meio da aplicação do formulário de entrevista foi a escolaridade dos voluntários (representantes da sociedade civil), para que dessa maneira fosse possível traçar o envolvimento conforme o grau de escolaridade.

A figura 4 representa exatamente este aspecto, pode-se observar que 20 entrevistados (32%) cursam o Ensino Superior, outros 16 entrevistados (25%) disseram ter concluído o Ensino Superior, ainda 14 entrevistados (22%) completaram o Ensino Médio e 5 entrevistados (8%) o Ensino Médio incompleto.

Ressalta-se que nesta questão foi incluído a opção de Ensino Técnico e que obteve-se 5 respostas (equivalente a 8%), esta opção foi incluída após observação identificadas nos resultados do pré-teste.

Levando em consideração os resultados obtidos no que tange o Ensino Superior obtêm-se um total de 57% entre os que já concluíram e os que estão cursando, um universo que representa mais da metade de todos os entrevistados, pode-se assim afirmar que os índices de envolvimento com o Terceiro Setor são mais presentes em alunos de Universidades.

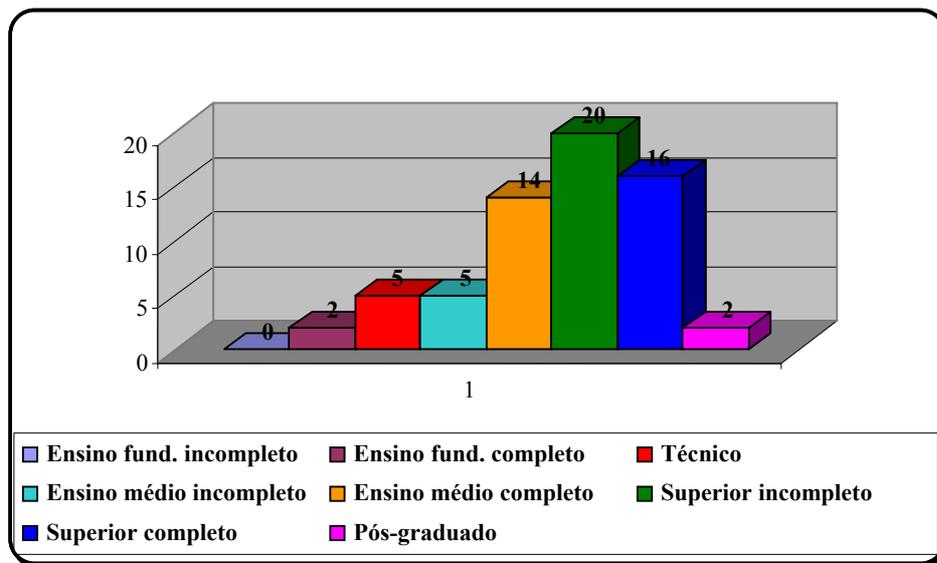


Figura 4 – Escolaridade dos entrevistados.
Fonte: Formulário de entrevista.

3.5.2 Aspectos em torno do voluntariado

Como o objetivo principal deste estudo é exatamente identificar a participação civil na gestão do social em Foz do Iguaçu, deve-se tratar os dados seguintes com ainda uma maior importância. Quando fala-se em gestão do social dar-se-á consideração a todos que direta ou indiretamente fazem parte do Terceiro Setor, seja como voluntário ou até mesmo com um diretor de uma Organização Não-Governamental, uma vez que estando presente no conjunto faz-se parte de qualquer tipo de processo.

Relembrando assuntos já abordados anteriormente a ONU (Organização das Nações Unidas) define voluntário como, “o jovem ou adulto que, devido a seu interesse pessoal e ao seu espírito cívico, dedica parte de seu tempo, sem remuneração alguma, a diversas formas de atividades, organizadas ou não, de bem-estar social ou outros campos”. Sua colaboração não é remunerada, não trata-se de um vínculo empregatício e muitas vezes não existe uma carga horária determinada para ser cumprida.

A figura 5 apresenta o tempo em que o voluntário desempenha suas atividades em determinada organização, instituição ou até mesmo fundação sem fins-lucrativos. Dos 62 entrevistados 57% desempenham suas atividades a menos de um ano, curiosamente o mesmo índice obtido no gráfico anterior, em que observou-se que 57% dos entrevistados cursavam ou cursaram o Ensino Superior. Outros 32% afirmam estar envolvidos na causa social há mais de 1 ano, para ser mais claro entre 1 e 2 anos, 8% estão desempenhando suas atividades entre 3 a 4 anos e os restantes 3% há mais de 4 anos.

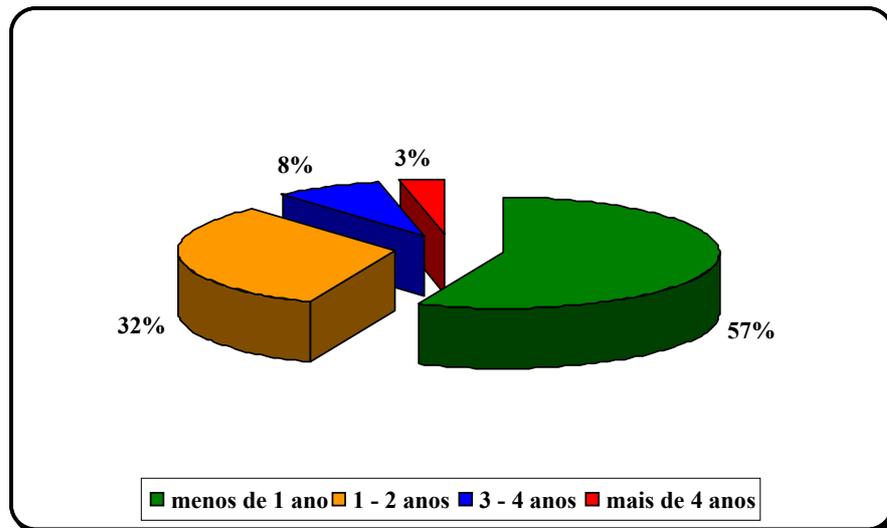


Figura 5 - Há quanto tempo desempenha atividades voluntárias.
Fonte: Formulário de entrevista.

A figura 6 apresenta a área de atuação dos voluntários pesquisados, como pode-se observar a seguir.

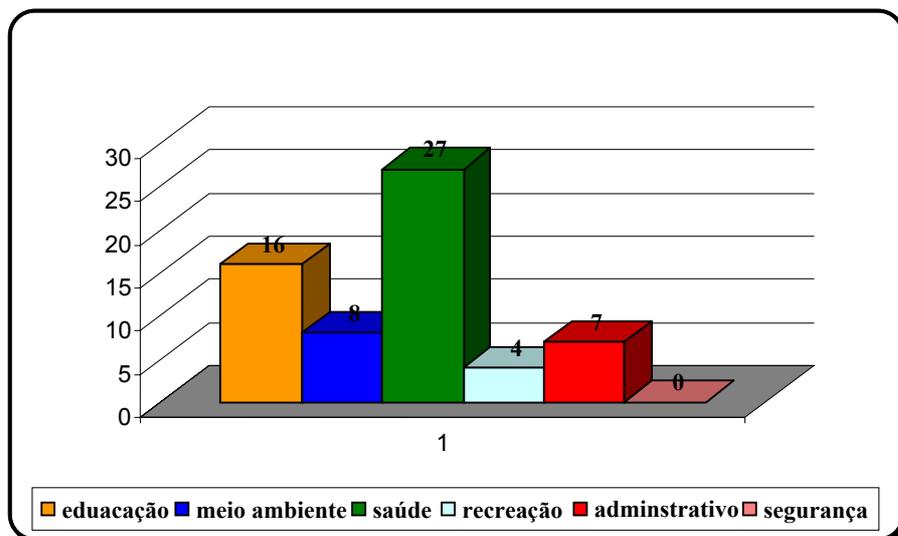


Figura 6 – Área de atuação do entrevistado.
Fonte: Formulário de entrevista.

Quando indagados a respeito da área em que atuavam os resultados não foram muito diversificados, mas demonstra-se importante aqui ressaltar os 3 principais, 27 dos entrevistados (43%) atuam voluntariamente na área da saúde, pode-se citar como exemplos, enfermagem, odontologia, fisioterapia, psicologia. Outros 16 entrevistados (25%) atuam na área da educação, cita-se como exemplos, professores, pedagogos. E 8 entrevistados (12%) na área de meio-ambiente.

A figura 7 apresenta um dos aspectos fundamentais para a compreensão do que leva uma pessoa a ser voluntária, ela contempla os motivos que levaram determinada pessoa a ser voluntário. Dos entrevistados 40% dizem que envolveram-se em ações sociais pela solidariedade, 18% afirmam ter tempo livre e por isso optaram pelo trabalho voluntário, 16% pela exigências feitas pela faculdade, outros 16% para sentirem-se útil à comunidade na qual faz parte e os 10% restantes não quiseram responder esta questão.

Com esses resultados poderia travar-se uma discussão sem fim, alguns defenderiam a importância para um governo desenvolver em seus cidadãos o espírito de solidariedade e outros defenderiam que esse raciocínio já é resultado do sistema empregado, o neoliberalismo, que como abordado anteriormente precisa que os cidadãos também participem da gestão do social, uma vez que nos apresenta um Estado “falido”.

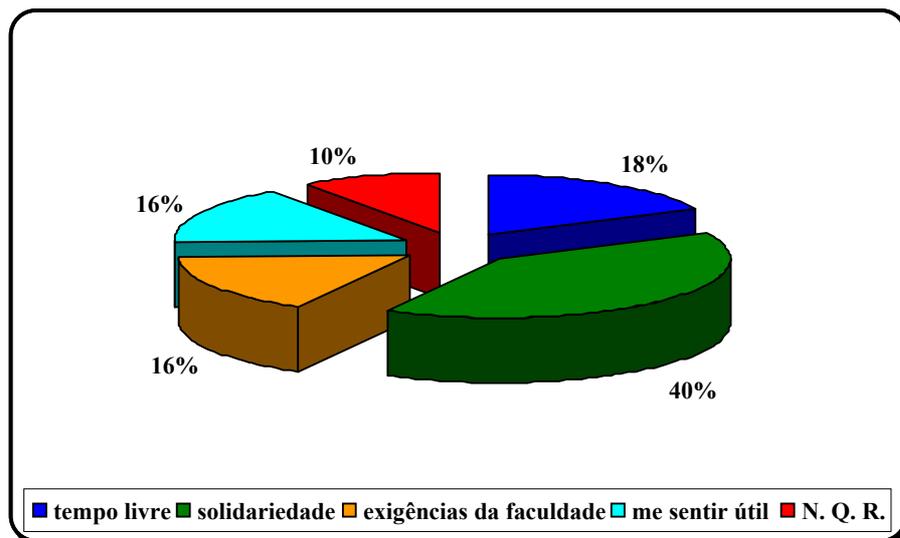


Figura 7 – Motivos que levaram o entrevistado a desempenhar atividades voluntárias.
Fonte: Formulário de entrevista.

Na figura 8 apresenta-se a frequência em que às atividades são desenvolvidas, a grande maioria 42% desempenham suas atividades 2 vezes por semana, 25% dos entrevistados 1 vez por semana, 13% do total 2 vezes por mês e 11% com frequência de 3 vezes por semana.

Por se tratar de trabalho voluntário, geralmente as cargas horárias são estipuladas conforme a disponibilidade do colaborador, por isso não se tentou identificar a carga horária total de desempenho de atividades.

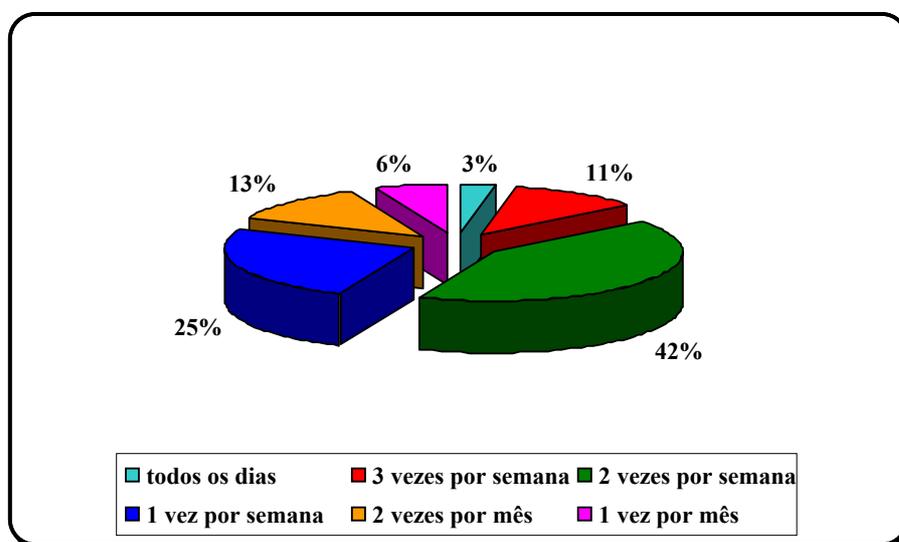


Figura 8 – Frequência que o entrevistado desempenha as atividades voluntárias.
Fonte: Formulário de entrevista.

A figura 9 demonstra os resultados em torno da existência de dificuldades no desempenho das atividades, nesta questão os que responderem que existem dificuldades poderiam discriminá-las.

Do total de entrevistados 79% afirmam não existir qualquer tipo de dificuldade e o restante (21%) disseram enfrentar algum tipo de dificuldade. O que levou-os a responder positivamente está demonstrado na figura seguinte.

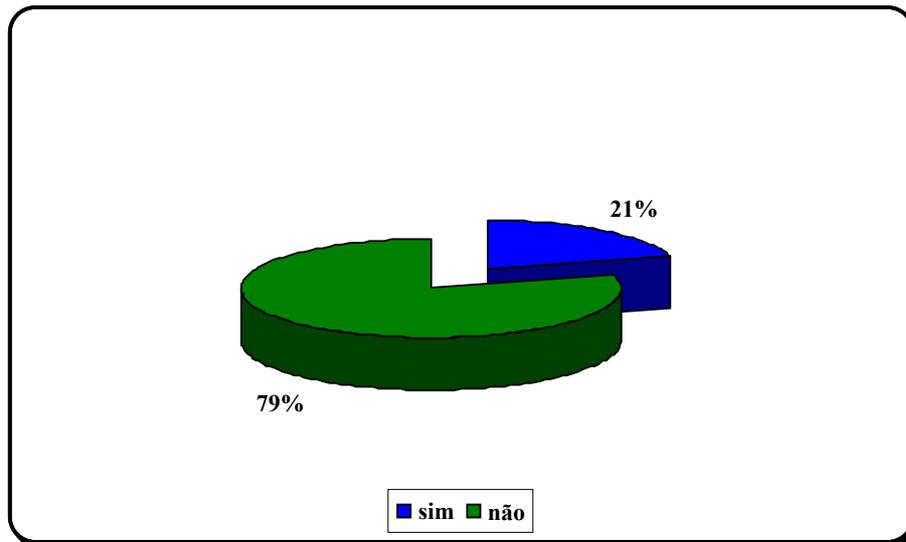


Figura 9 – Encontra dificuldades no desempenho das atividades voluntárias.
Fonte: Formulário de entrevista.

A figura 10 apresenta os fatores que acabaram sendo considerados difíceis no desempenho das atividades voluntárias, entre eles 31% responderam que a adaptação com a realidade é um desses fatores, em conversas informais durante a aplicação dos formulários de entrevistas muitos disseram sofrer um choque de não apenas de cultura, mas um choque de conceitos ao enfrentar problemas que antes não imaginavam existir.

Outros 31% preferiram não responder, 23% dizem que a falta de verbas para a continuação de projetos e ainda 15% afirmam ser o desinteresse do poder público com ações realizadas pelas instituições.

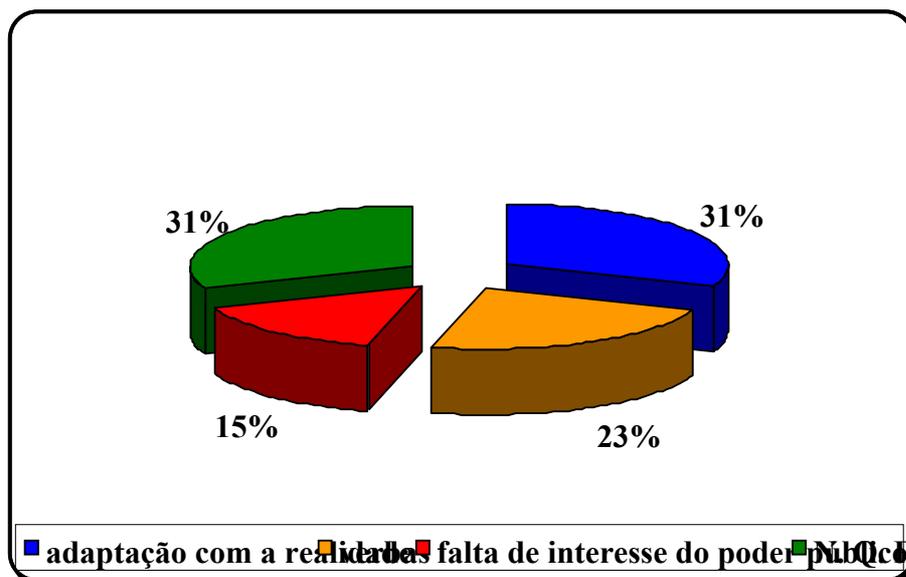


Figura 10 – Quais dificuldades são encontradas.
Fonte: Formulário de entrevista.

Uma das questões também fundamentais para o trabalho está representada na figura 11, a qual o objetivo principal é identificar o grau de conhecimento daqueles que fazem parte do Terceiro Setor. Quando perguntados se já haviam ouvido falar em Terceiro Setor o resultado demonstrou-se surpreendente para o pesquisador, 60% disseram já ter ouvido falar e 40% disseram não ter ouvido falar.

Pode-se concluir que muitos dos voluntários acabam não compreendendo a importância que exercem dentro deste novo cenário, construído principalmente nas últimas décadas. Fazem parte de um dos movimentos que mais crescem no país e até mesmo no mundo, mas acabam não sabendo disso, talvez por falta de informação.

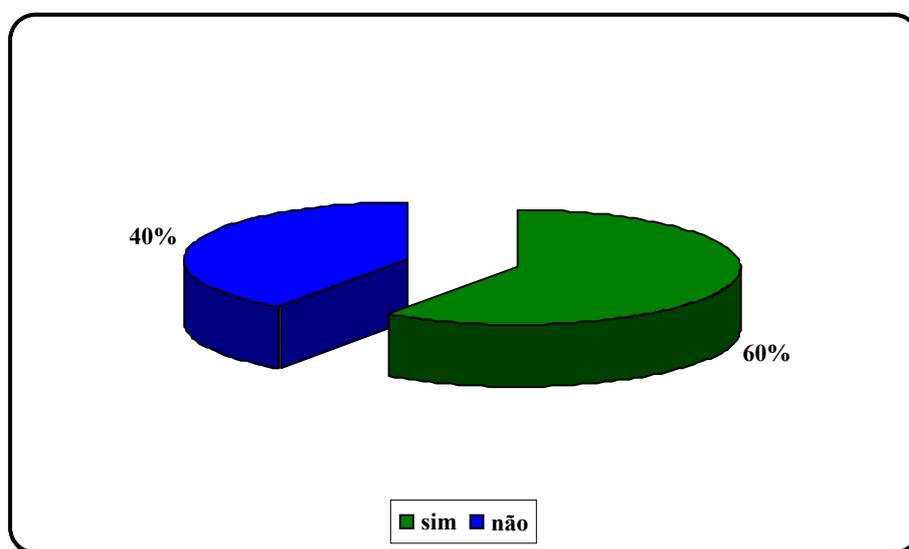


Figura 11 – Já ouviu falar em Terceiro Setor.
Fonte: Formulário de entrevista.

Os índices demonstram-se ainda mais surpreendentes na figura 12, que apresenta os resultados sobre a compreensão de Terceiro Setor. Ao serem indagados se sabiam o significado de Terceiro Setor, 63% afirmaram não saber e 37% disseram saber o significado.

Pôde-se identificar com a aplicação destes formulários de entrevistas que a grande confusão está em torno de setor terciário e Terceiro Setor e ainda que existe uma grande diferença em ter ouvido e conhecer o significado de tal termo.

Terceiro Setor é definido por Tenório como:

Essas organizações que não fazem parte do Estado, nem a ele estão vinculadas, mas se revestem de caráter público na medida em que se dedicam a causas e problemas sociais e em que, apesar de serem sociedades civis privadas, não têm como objetivo o lucro, e sim o atendimento das necessidades da sociedade (TENÓRIO, 2001, p. 07).

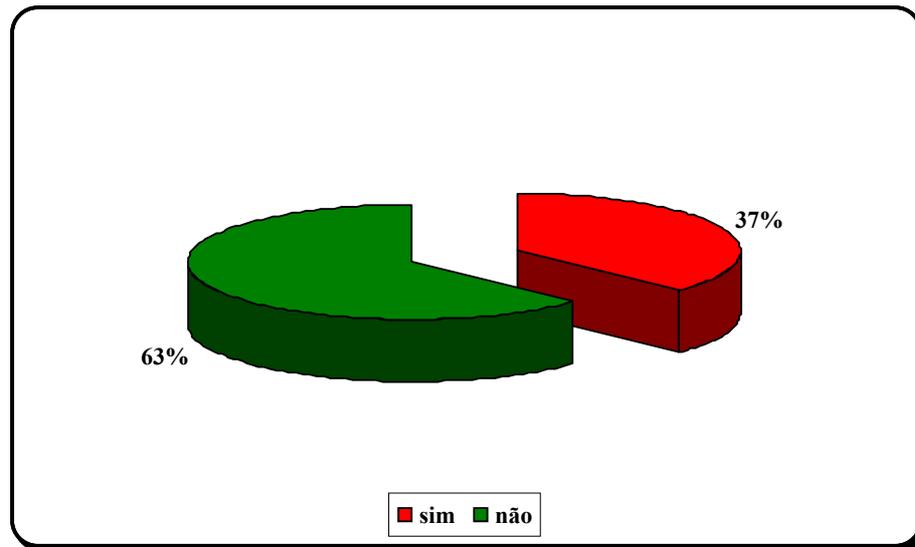


Figura 12 – Sabe o significado de Terceiro Setor.
Fonte: Formulário de entrevista.

Na figura 13 apresenta-se a opinião dos entrevistados a respeito da responsabilidade civil em relação ao bem-estar social. Do total de entrevistados a grande maioria 82% acha que o bem-estar social depende da responsabilidade da sociedade civil, e o restante 18% discordam de que o bem-estar social dependa da sociedade civil.

A organização civil para tentar resolver ou pelo menos amenizar mazelas sociais que acentuam-se cada vez mais nas sociedades, podem ser entendidas como uma resposta organizada ao descaso do Estado em relação ao social, em relação ao planejamento e a falta de políticas que assistam os menos favorecidos. Mas pode também ser vista como uma estratégia não declarada de divisão de tarefas, anteriormente responsabilidade exclusiva do Estado.

Vê-se o caso do Brasil, o país vem batendo recordes a cada novo mês de arrecadações e mantendo cada vez mais o equilíbrio da balança comercial, mas o mesmo tempo assiste-se de forma passiva a retira progressiva do Estado em assuntos essenciais para um futuro de crescimento sólido, o Estado afasta-se cada vez mais das garantias apoiadas pela constituição a cada cidadão. Estimula-se o surgimento de universidades privadas, faz-se um jogo de empurra-empurra com a saúde e habitação, e os investimentos geralmente ocorrem apenas em área compreendidas como de retorno garantido.

O surgimento do Programa Fome Zero deixa inúmeras interpretações, inclusive fala-se de mais uma jogada de marketing do que precisamente uma medida para combater a fome no Brasil, tanto que já não se fala mais nesse programa que foi bandeira no primeiro governo do atual Presidente da República.

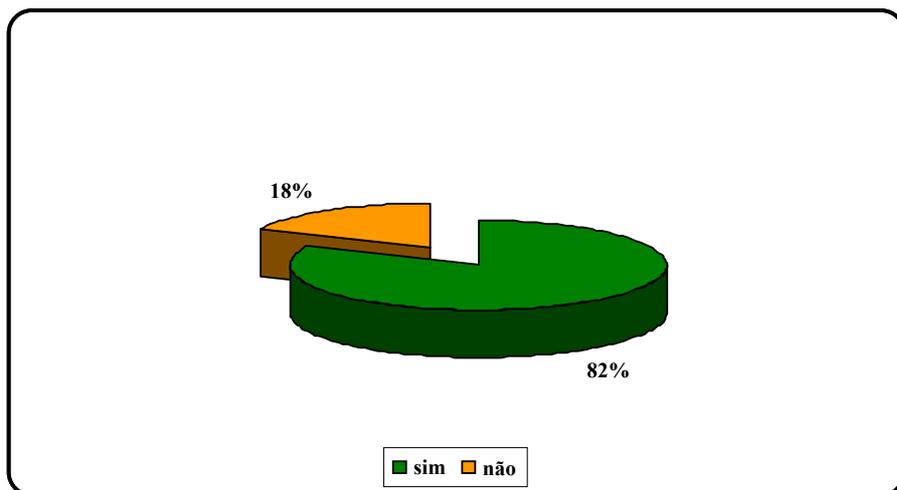


Figura 13 – O bem-estar social depende da responsabilidade da sociedade civil.
Fonte: Formulário de entrevista.

Para os que responderam “sim” na pergunta anterior foi feita a seguinte pergunta em seguida: a sociedade civil deve ser responsabilizada pelo bem estar social? E os resultados estão apresentados na figura 14. Desses 85% afirmam que a sociedade civil deve ser responsabilizada pelo bem estar social e 15% dizem que a sociedade não deve ser responsabilizada pelo bem estar social.

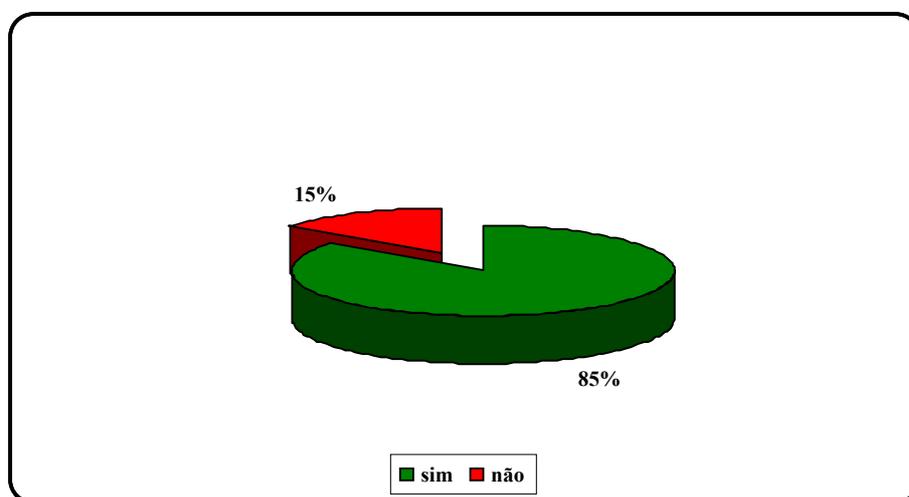


Figura 14 – A sociedade civil deve ser responsabilizada pelo bem-estar social.
Fonte: Formulário de entrevista.

Os entrevistados responderam por último se sentiam-se responsáveis pelo bem-estar social, conforme figura 15, do total 89% responderam sentir-se responsáveis pelo bem-estar social e os restantes 11% afirmaram não serem responsáveis pelo bem-estar social.

Sentir-se responsável pelo bem-estar social pode ser reflexo de um sentimento cívico muito desenvolvido em alguns cidadãos, esses buscam de alguma forma contribuir para as

mudanças em sua cidade, estado e até mesmo país. Mas essa tomada de responsabilidade para si da sociedade civil, pode ser entendida como um dos efeitos mais marcantes do neoliberalismo desenvolve-se nos cidadãos o sentimento de que devem tomar atitudes que contribua com o Estado na melhoria das condições de vida, mas o que percebe-se é um transferência de responsabilidades.

Uma das análises possíveis é de que a sociedade assiste um Estado “supostamente falido” afastar-se de assuntos que antes eram exclusividade sua, e passa a preocupar-se agora também com a gestão do social. Seus movimentos organizados passam a exercer papéis de extrema vitalidade para qualquer sociedade.

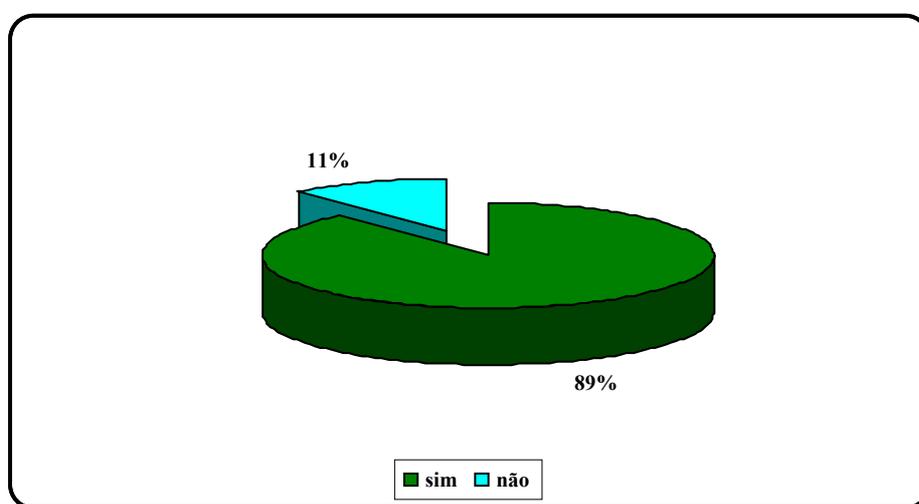


Figura 15 – Se sente responsável pelo bem-estar social.
Fonte: Formulário de entrevista.

3.5.3 Análise geral dos gráficos

O formulário de entrevista elaborado e aplicado aos voluntários de Organizações Não-Governamentais, conforme explanação e figuras apresentadas anteriormente, possuía como principal objetivo identificar a participação civil na gestão do social em Foz do Iguaçu e contemplar também os objetivos específicos.

Ao caracterizar o perfil socioeconômico dos entrevistados foi possível perceber que a grande maioria tem um grau de escolaridade elevado, já que na questão que abordava a escolaridade os resultados demonstraram isso.

É importante ressaltar aqui, que todos os aspectos levantados com a aplicação da pesquisa e posteriormente elaboração de gráficos são necessários para que se consiga chegar ao principal objetivo deste estudo.

Alguns pontos relevantes destes resultados gerais devem ser destacados como, por exemplo, os resultados apresentados na figura 11, que é clara ao demonstrar que a grande maioria dos voluntários não compreende o significado de Terceiro Setor, como já abordado anteriormente, essas organizações vêm tomando para si responsabilidades do Estado e seus colaboradores diretos não compreendem o seu significado e provavelmente não compreendem também o tamanho da influência que exercem em uma sociedade.

Outra questão que merece destaque é a representada na figura 13, onde a grande maioria concorda com o fato de que a sociedade civil deve ser responsabilizada pelo bem-estar social.

Foi por meio destes aspectos e também da análise individual dos dados obtidos relacionando-os aos estudos bibliográficos do tema, que foi possível garantir o contemplação do principal objetivo deste estudo.

4 RECOMENDAÇÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo geral desse estudo era o de identificar a participação civil na gestão do social em Foz do Iguaçu. Para que esse objetivo fosse atingido, buscou-se acessar por meio de formulário de entrevista os voluntários de Organizações Não-Governamentais, desenvolvendo uma correlação com a fundamentação teórica, e, posteriormente de posse dessas informações, analisá-las e divulgar os resultados.

Por meio dos critérios e da metodologia adotados para buscar as respostas aos objetivos, concluiu-se que, estudos em torno do tema Terceiro Setor são raros, por ser uma realidade recente e ainda muito pouco discutida. Contudo este estudo pôde mostrar referências sobre a discussão do tema e diagnosticar suas tendências, segundo análise dos dados pode-se verificar ainda que mesmo os atores deste cenário conhecem muito pouco sobre o tema.

Demonstrou-se extremamente necessário o enriquecimento de opiniões e planos que tornassem viáveis discussões sobre o seu futuro, seus verdadeiros objetivos e resultados. Pode-se dizer que até mesmo que a divulgação de resultados obtidos por estas organizações são pouco assistidas, instruir e informar a sociedade além de ser um dos fatores básicos pode ainda agregar maior confiabilidade de seus voluntários, sejam eles, colaboradores diretos ou doadores representantes da sociedade civil.

As organizações do Terceiro Setor poderiam utilizar racionalmente meios de comunicação em massa, como canais de televisão locais para divulgar os seus resultados e ainda desenvolver em faculdades e universidades, debates em torno do tema. Uma vez que demonstrado na pesquisa que a grande parte dos voluntários cursou ou cursam algum curso superior e que a grande maioria não compreende sequer o significado de terceiro setor.

Se a sociedade civil toma para si algumas responsabilidades que antes eram do Estado que a façam com certa atenção, e não cometam os mesmo pecados cometidos por quem antes estava à frente da realidade.

É essencial que se continue estudando e debatendo o Terceiro Setor, o que possibilitará uma adição de diferentes opiniões sobre o mesmo assunto, formulando dessa maneira modelos para um processo. Este trabalho deixa claro, a necessidade de avanços em pesquisas, propiciando um avanço verdadeiro no cenário social e um amadurecimento da sociedade civil.

REFERÊNCIAS

- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1979.
- BOBBIO, Norberto. **Estado, Governo e Sociedade**: para uma teoria geral da política. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- CARCANHOLO, Marcelo (org.). **Neoliberalismo: a tragédia do nosso tempo**. São Paulo: Cortez, 1998.
- CORRIGAN, Paul; BOLGER, Steve; OCKING, Jan; FROST, Nick. **Serviço de bem-estar socialista: a nova perspectiva**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1983.
- DISCUTINDO A ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL: ciclo de seminários. Brasília: MPAS, SAS, 1997.
- DOMÈNECH, Alfred Vernis *et al.* **A gestão de organizações sem fins-lucrativos**. Bilbao: Deusto, 1998.
- FERNANDES, Rubens C. **Privado porém público: o Terceiro Setor na América Latina**. 2. ed. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
- FISCHER, Elisabeth Aparecida dos Santos; SILVA, Michele Rodrigues da. **Gestão do terceiro setor: um estudo de caso na Sociedade Civil Nossa Senhora Aparecida** – Relatório de conclusão de curso em Administração – Foz do Iguaçu, 2004.
- GANDOLFI, Peterson Elizandro – **A gestão das organizações de terceiro setor sob a perspectiva da eficiência, da efetividade e da reciprocidade** – Dissertação de Mestrado em Administração – Uberlândia, 2006.
- GIL, Antonio Carlos. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- _____. **Como elabora projetos de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991.
- HENDERSON, W. O. **A Revolução Industrial**. Tradução: Maria Odina. 449. ed. Editora Gris, 1969.
- HUDSON, Mike. **Administrando organizações do terceiro setor: o desafio de administrar sem receita**. São Paulo: Makron, 1999.
- IRIARTE, GREGÓRIO. **Neoliberalismo sim ou não?** Tradução: João Paixão Netto. São Paulo: Paulinas, 1995.
- PAES, José Eduardo Sabo. **Fundações e entidades de interesse social: aspectos jurídicos, administrativos, contábeis e tributários**. Brasília: Editora Brasília Jurídica, 1999.
- RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

ROSANVALLON, Pierre. **A nova questão social**. Brasília: Instituto Teotônio Vilela, 1998.

SALAMON, L. **A emergência do terceiro setor**: uma revolução associativa global. Revista de Administração USP, São Paulo, 1998.

SOARES, Laura Tavares. **Os custos sociais do ajuste neoliberal na América Latina**. São Paulo: Cortez, 2000.

TEIXEIRA, Francisco (org.). **Neoliberalismo e reestruturação produtiva**: as novas determinações do mundo do trabalho. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1998.

TENORIO, Fernando (org.). **Gestão de ONGs**: principais funções gerenciais. 5. ed. São Paulo: FGV, 2001.

APÊNDICE

APÊNDICE A

- **Formulário de entrevista aplicado aos voluntários de instituições sem fins lucrativos de Foz do Iguaçu.**

ANEXOS

ANEXO I

- **Lei Nº 9.790, de 23 de março de 1999.**

